



21 DE SETEMBRO DE 2015

Segunda-feira

- SETOR PRODUTIVO NÃO SUPORTA MAIS SUSTENTAR O TAMANHO DO ESTADO, AFIRMA CAMPAGNOLO EM SEU DISCURSO DE POSSE
- TERMINA GREVE NA FORD DE SÃO BERNARDO
- MOVIMENTO "MENOS TRIBUTOS, MAIS RESPEITO" PEDE FIM DE AUMENTO DE IMPOSTOS
- EMPRÉSTIMO COM GARANTIA DE IMÓVEL É NOVA APOSTA DOS BANCOS
- VOLKSWAGEN FAZ RECALL EM 54,1 MIL CARROS POR PROBLEMA NO AIRBAG
- DAF CAMINHÕES ESTÁ ENTRE AS MARCAS MAIS DESEJADAS NO PAÍS
- ARTIGO: ONDE INVESTIR
- ECONOMISTAS PIORAM EXPECTATIVA DE QUEDA DO PIB PELA 10ª SEMANA SEGUIDA
- CRISE DO SETOR DE MINERAÇÃO É GLOBAL, DIZ SECRETÁRIO DO MME
- NOVA FÁBRICA DA KLABIN VAI GERAR ENERGIA SUFICIENTE PARA ABASTECER UMA CIDADE
- CURITIBA, CIDADE-MODELO. AGORA DE DEMOCRACIA
- VW É PEGA NOS EUA POR BURLAR EMISSÕES DE DIESEL
- CEO DA VOLKSWAGEN DIZ 'LAMENTAR' VIOLAÇÃO DE LEI AMBIENTAL DOS EUA
- NOVA GERAÇÃO DO BMW SÉRIE 7 ACEITA COMANDOS POR GESTOS
- EMPRESÁRIOS TAMBÉM TÊM CULPA POR CRISE, DIZ PRESIDENTE DO INSPER
- AO CONTRATAR FUNCIONÁRIOS TEMPORÁRIOS, DEFINA O MOMENTO DE PICO DO NEGÓCIO
- PROJETO PARA LIBERAR CARRO DIESEL VOLTA A TRAMITAR
- JAC VAI NA CONTRAMÃO DA QUEDA DO MERCADO CHINÊS

- CHINA CONFIRMA RECESSÃO NO SETOR AUTOMOTIVO
- LEXUS FECHA ÚNICA CONCESSIONÁRIA PLENA DO PAÍS
- EDITAL DA FINEP DE R\$ 53 MI PREVÊ CAPACITAÇÃO PARA EMPRESAS NACIONAIS
- TRABALHADORES DA VOLKSWAGEN NO ABC ACEITAM CORTE DE JORNADA E SALÁRIO
- PESSIMISMO DO EMPRESARIADO DA INDÚSTRIA BATE RECORDE EM SETEMBRO, DIZ CNI
- ACÇÕES DA VOLKSWAGEN DESPENCAM MAIS DE 20% COM ESCÂNDALO SOBRE EMISSÕES NOS EUA
- ATIVIDADE ECONÔMICA INICIA SEMESTRE COM QUEDA DE 0,02%
- ECONOMISTAS PIORAM CENÁRIO DE INFLAÇÃO E DÓLAR E ELEVAM PROJEÇÃO DA SELIC EM 2016
- JAPÃO ACIONA OMC CONTRA POLÍTICA DE INCENTIVOS FISCAIS DO BRASIL
- METALÚRGICOS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS PROTESTAM CONTRA DEMISSÕES EM FRENTE À FIESP
- SERVICOS SEGUEM ACOMPANHANDO DESAQUECIMENTO NA INDÚSTRIA E COMÉRCIO, AVALIA IBGE
- SANDVIK COROMANT MANTERÁ FORTE PRESENÇA NO BRASIL
- CAIXA ABRE LINHA PARA ESTIMULAR INDÚSTRIA DE MÁQUINAS
- INDÚSTRIA FORTE É PARTE DA SOLUÇÃO PARA O PAÍS VOLTAR A CRESCER

CÂMBIO		
EM 21/09/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,976	3,976
Euro	4,470	4,472

Fonte: BACEN

Setor produtivo não suporta mais sustentar o tamanho do Estado, afirma Campagnolo em seu discurso de posse

21/09/2015 - Fonte: Agência FIEP



Presidente da Fiep assumiu seu segundo mandato à frente da entidade, em solenidade com a presença de lideranças industriais do Paraná e outros estados

"Temos muita gente se servindo do país, com benesses pagas por quem trabalha", disse Campagnolo

O setor produtivo não suporta mais sustentar uma máquina pública gigantesca e ineficiente, que não provê condições para o pleno desenvolvimento econômico e social do país. Com essa mensagem, Edson Campagnolo assumiu, na noite desta sexta-feira (18), seu segundo mandato na presidência da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep).

A solenidade que marcou a posse da diretoria da Fiep para o quadriênio 2015-2019, realizada no Campus da Indústria, em Curitiba, reuniu lideranças industriais do Paraná e de outros estados e representantes da classe política.

Confira mais fotos da solenidade

Em seu discurso de posse, Campagnolo ressaltou principalmente as dificuldades enfrentadas pelo setor industrial, que são fruto de políticas que desestimulam o empreendedorismo e de uma sede arrecadatória que tira a competitividade das empresas em troca do sustento de uma estrutura pública inchada.

"O tamanho do Estado não pode ser esse porque a produção não aguenta sustentá-lo", afirmou Campagnolo. "Temos muita gente se servindo do país, com benesses pagas por quem trabalha, pelo empreendedor e pelo trabalhador. Se continuarmos assim estaremos seguindo para um caminho sem volta", completou.

Para o presidente da Fiep, essa situação só mudará se houver engajamento de toda a sociedade. "Isso só vai mudar com a gente. Não vemos resposta, é muita enrolação, é muita maldade. Mas o que me anima é a sensação de que podemos fazer mais. Nós podemos transformar esse país. Precisamos de um sentimento de brasilidade para que a gente avance e retome a credibilidade no país", declarou.

Nessa luta, Campagnolo afirmou que o setor industrial paranaense e brasileiro pode contar com a disposição de todos os integrantes da nova diretoria da Fiep. "São soldados que estão dispostos a defender a indústria do Paraná e do Brasil. Que todos nós cumpramos com a confiança que foi depositado no voto, porque podemos fazer ainda melhor, por mais dificuldades que tenhamos", disse. O presidente reeleito agradeceu ainda a todo o corpo diretivo, gerentes e os cinco mil colaboradores do Sistema Fiep. "Foi o trabalho deles que nos habilitou a seguir nesta missão por mais quatro anos".

Mais cobranças

As cobranças por mudanças na condução do país e de melhores condições para o setor produtivo também pautaram os discursos de outras autoridades presentes na solenidade de posse da nova diretoria da Fiep. O presidente da seccional paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), Juliano Breda, falou em nome do movimento "Menos tributos, mais respeito", lançado nesta sexta por entidades representativas do Estado. A iniciativa se coloca contrária a novos aumentos de impostos no Paraná e no Brasil.

"No futuro, se não mudarmos esse cenário, partilharemos unicamente a miséria. Na noite de hoje, pedimos principalmente mais respeito à indústria do Paraná e do Brasil", afirmou Breda.

Cobranças semelhantes foram feitas pelo presidente da Federação das Indústrias do Amazonas (Fieam), Antonio Carlos da Silva, que na solenidade representou o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade. Ele destacou principalmente a tentativa do governo federal de tentar retirar recursos do Sistema S, proposta que será encaminhada ao Congresso Nacional.

"A ideia de retirada de recursos do Sistema S é inaceitável e deve ser combatida com veemência. Tratam-se de recursos privados, pagos pelas empresas e utilizados em favor dos trabalhadores brasileiros. Esta proposta, indecorosa, não deve nem ser debatida no Congresso Nacional", declarou. Silva também elogiou Campagnolo e a Fiep pela atuação em favor da indústria brasileira. "A reeleição de Campagnolo revela o grande sucesso e aprovação de sua gestão. Tenho certeza que outra exitosa gestão se inicia nesta noite", destacou.

A crise econômica e política atravessada pelo país também foi o principal tema dos discursos das lideranças políticas presentes na solenidade. O senador Alvaro Dias disse que o Brasil vive um momento "inédito, histórico e crucial" para seu futuro. "A crise, que é do governo, é transferida para os homens que produzem e geram empregos neste país. Mas nesta hora de aflição e de angústia, devemos mirar justamente nos exemplos que oferecem os homens da indústria do Paraná e do país", afirmou.

O secretário chefe da Casa Civil, Eduardo Sciarra, que representou o governador Beto Richa, justificou as medidas que o Executivo estadual adotou para reequilibrar as finanças do Paraná, que acabaram onerando o setor produtivo e a população. E afirmou que o governo está aberto ao diálogo com o setor produtivo. "O governo do Estado sempre estará de portas abertas para apoiar a indústria do Paraná e todo o setor produtivo", garantiu.

Já o prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet, declarou que o país vive um momento desafiador para a sociedade. "Não há saída sem dor. Será a transição mais difícil e desafiadora vivida pela sociedade brasileira, mas o Brasil vai passar por isso com a democracia e com as instituições", afirmou. Ele também destacou as diversas parcerias que o Sistema Fiep mantém com o município.

A diretoria

A diretoria da Fiep 2015-2019 foi eleita em 5 de agosto, com ampla aprovação dos sindicatos industriais filiados. Das 96 instituições aptas a votar, 93 depositaram seus votos na urna, numa das maiores taxas de comparecimento em todas as eleições dos mais de 70 anos de história da Fiep. No total, os representantes de 86 sindicatos aprovaram a escolha da chapa Fiep Unida e + Forte.

As diretrizes dessa nova gestão serão validadas durante o mês de outubro, quando a Fiep promoverá uma série de encontros de planejamento estratégico. Nas reuniões, que serão realizadas em todas as regiões do Paraná, presidentes de sindicatos e lideranças

industriais poderão indicar as ações prioritárias que devem ser adotadas pela entidade nos próximos anos.

Conheça a composição da diretoria da Fiep para o quadriênio 2015-2019:

Presidente

Edson Luiz Campagnolo

Vice-presidentes

Abílio de Oliveira Santana

Ary Sudan

Carlos Walter Martins Pedro

Claudio Petrycoski

Edson José de Vasconcelos

Helio Bampi

João Alberto Soares de Andrade

José Eugênio Souza de Bueno Gizzi

Marco Antonio Gallassini da Silva

Miguel Rubens Tranin

Nelson Roberto Hübner

Osmar Ceolin Alves

Paulo Roberto Pupo

Roni Junior Marini

Sebastião Ferreira Martins Junior

Secretários

1º Secretário: Claudio Grochowicz

2º Secretário: Biratã Higino Almeida Giacomoni

3º Secretário: Luciana Bechara Zukovski Wichert

Tesoureiros

1º Tesoureiro: Nelson Furman

2º Tesoureiro: José Georgevan Gomes de Araújo

3º Tesoureiro: Itamar Carlos Ferreira

Diretores Suplentes

Waldomiro Wanderley Luersen

Estanislau Fillus

Daniel Wosniak

Juliano Langowski

Salette Gauginski

Samuel Leiner

Allan Gomes Guimarães

Ater Carlos Cristófoli

Darcy Miara Junior

Eliseu Avelino Zanella

Eugenio Rossato

Fabio Castelo Branco Gradowski

Fabricio Antonio Moreira Neto

Irineu Munhoz

Jair José de Souza

Joana do Nascimento Pennacchi

José Canisso

Mauro Pereira Schwartsburd

Sergio Biazze

Valcideir Garcia Ferreira

Vilson Felipe Borgmann

Wilson Bill

Conselho Fiscal

Efetivos

Nilo Cini Junior

Marcelo Ivan Melek
Edson Marcelo Recco

Suplentes

Antonio Di Rienzo
Roberto Flavio da Silva Pecoits
Antonio Claudio Vieira

Delegados Representantes junto ao Conselho da Confederação Nacional da Indústria

Efetivos

Edson Luiz Campagnolo
Virgílio Moreira Filho

Suplentes

Rodrigo Rafael de Medeiros Martins
José Carlos de Godoi

Termina greve na Ford de São Bernardo

21/09/2015 - Fonte: Automotive Business



Terminou a greve na Ford em São Bernardo do Campo (SP). Os trabalhadores aprovaram o acordo de adesão ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE), negociado entre o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e a empresa.

Com isso foram canceladas as 203 demissões anunciadas pela montadora na quarta-feira, 9, que motivaram a paralisação da fábrica, iniciada um dia depois.

O acordo do PPE prevê a redução de jornada de trabalho e de salário em 20% a partir de janeiro, sendo que o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) complementar a metade da redução. O acordo terá duração de seis meses e poderá ser prorrogado por mais seis.

Segundo o sindicato, a Participação nos Lucros e Resultados (PLR), o reajuste salarial pelo INPC e o abono estão mantidos conforme o acordo. Os trabalhadores que estão em layoff continuam com seus contratos de trabalho suspensos e outros 150 vão aderir ao regime em janeiro.

Uma fonte de dentro da fábrica informa que a empresa pretende abrir um Programa de Demissão Voluntária (PDV) com o objetivo de atingir 250 horistas, número 23% superior ao das demissões canceladas.

A Ford é a sétima empresa a aprovar o acordo de adesão ao PPE na base dos Metalúrgicos do ABC. Em São Bernardo já estão no programa os colaboradores da Rassini, Trefilação União, Mercedes-Benz, Volkswagen e Ford. Em Diadema, a Pricol, antiga Melling, e a Prensas Schuler.

Movimento “Menos tributos, mais respeito” pede fim de aumento de impostos

21/09/2015 - Fonte: Agência FIEP



Iniciativa foi lançada nesta sexta-feira (18), em Curitiba, por 17 entidades da sociedade civil organizada, incluindo a Fiep

Movimento que reúne 17 entidades foi lançado na sede da OAB-PR (Foto: Gelson Bampi) Foi lançado na manhã desta sexta-feira (18), em Curitiba, o movimento “Menos tributos, mais respeito”. Resultado da união, inicialmente, de 17 entidades representativas de classe, do setor produtivo e dos trabalhadores, o movimento se posiciona contra novos aumentos de impostos que estão sendo propostos dentro dos ajustes fiscais dos governos federal e estadual. Os líderes das entidades, reunidos na sede da seccional paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), destacaram o caráter apartidário da iniciativa.

Para o presidente da OAB-PR, Juliano Breda, a mobilização é uma forma de mostrar aos governantes que a sociedade não tolera mais aumento de tributos, assim como pede mais responsabilidade na aplicação dos recursos públicos.

“Não aceitamos aumento de impostos, no plano federal, no plano estadual e nos nossos municípios, sem que os governos ofereçam a contrapartida à sociedade”, afirmou. “Contrapartida que deve se estabelecer no corte das despesas públicas, no enxugamento da máquina administrativa, que se mostra extremamente pesada e ineficiente, e sobretudo na melhoria dos serviços públicos”, acrescentou Breda.

O presidente do Sistema Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), Edson Campagnolo, disse que a adesão da entidade ao movimento é natural, já que o elevado peso dos impostos é um dos principais itens que reduzem a competitividade do setor produtivo.

“Em todas as pesquisas que fazemos na Fiep para saber os fatores que mais afetam a competitividade da indústria paranaense, o tema que sempre está no topo da lista é a alta carga tributária”, explicou. “Esse movimento, em que a OAB chamou e reuniu as entidades, surge para discutirmos como podemos fazer frente à avalanche atual de más intenções e aumento de carga tributária”, completou.

Para Campagnolo, o movimento “Menos tributos, mais respeito” tem grandes possibilidades de se expandir para outras regiões do país. “Esperamos que, com este movimento, a gente tenha alcance além do Paraná. Que entidades de outros estados façam adesão e consigamos sensibilizar os nossos governantes”, declarou.

Também presente no lançamento, o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Paraná, José Eugênio Gizzi, destacou a necessidade de redução não apenas da carga tributária, mas também da burocracia. “O excesso de burocracia aumenta o custo dos imóveis em 12%. E excesso de burocracia gera mais necessidade de funcionários, o

que gera mais necessidade de arrecadação pelo Estado. Por sua vez, o aumento de carga tributária gera mais recessão, e mais recessão gera menor arrecadação tributária, num círculo vicioso”, disse.

Uma das primeiras ações do movimento foi realizada ainda na tarde de quinta-feira (17), quando as entidades entregaram à Assembleia Legislativa um manifesto em que se dizem veementemente contra novos aumentos de impostos. Citam, em especial, a tentativa da recriação da CPMF, em âmbito federal, e a tramitação do Projeto de Lei 662/2015, do governo estadual, que eleva impostos no Paraná.

As 17 entidades que, inicialmente, integram o movimento são: OAB-PR, Fiep, Sinduscon-PR, Instituto dos Advogados do Paraná (IAPPR), Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná (Fetranspar), Federação do Comércio do Paraná (Fecomércio-PR), Federação das Associação Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná (Faciap), Associação Comercial do Paraná (ACP), Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep), Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar), Conselho Regional de Corretores de Imóveis (Creci), Conselho Regional de Contabilidade (CRC), Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Sescap), União Geral dos Trabalhadores (UGT), Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Paraná (Fetiep), Instituto Democracia e Liberdade e Movimento Pró-Paraná.

Empréstimo com garantia de imóvel é nova aposta dos bancos

21/09/2015 - Fonte: Agência FIEP

Contratar um empréstimo em 2015 ficou mais difícil e mais caro. Diante da crise econômica e do risco maior de inadimplência, os bancos frearam a concessão de crédito e, quando emprestam, cobram um preço alto. Como forma de diminuir os riscos nas operações – e, conseqüentemente, as taxas de juros –, instituições financeiras estão incentivando uma linha de crédito ainda pouco usada no Brasil, na qual o cliente dá um imóvel próprio como garantia do financiamento.

Chamada de home equity, essa modalidade oferece os menores juros e os maiores prazos de pagamento entre todas as linhas de crédito pessoal no mercado. De acordo com o Banco Central, em média, o juro do home equity está em 1,44% ao mês (18,7% ao ano), enquanto em agosto a taxa para empréstimo pessoal chegou a 62,9% ao ano em bancos e a 144% em financiadoras, segundo pesquisa da Anefac.

O valor médio do financiamento na modalidade home equity é de R\$ 112.600, segundo o BC, que autoriza o empréstimo de até 60% do preço de avaliação do imóvel. O prazo para pagamento também é bastante alongado: em média, são 13 anos, mas alguns bancos parcelam em até 20.

Segundo o diretor comercial de crédito do Banco Intermedium, Marco Túlio Guimarães, nunca a demanda foi tão forte. “No entanto, estamos trabalhando de uma forma mais conservadora para atravessar esse período conturbado da economia. Limitamos o financiamento a 50% do valor do imóvel, mas nossa média é de 33%”, conta. Apesar disso, o tíquete médio está em R\$ 230 mil.

Perfil

Como os empréstimos são de valores elevados, essa linha de crédito tem sido muito procurada por pequenos e médios empresários que encontram dificuldades para contratar financiamentos como pessoa jurídica. Segundo o diretor de crédito imobiliário do Banco do Brasil, Hamilton Rodrigues da Silva, além de empreendedores, pessoas com a renda muito comprometida por dívidas também se encaixam no perfil.

Apesar do juro baixo, a procura pelo home equity ainda é tímida porque o brasileiro tem receio em dar o imóvel como garantia. “Vejo como uma questão cultural. Nos Estados Unidos, por exemplo, esse tipo de crédito é muito mais comum”, diz Silva. Para incentivar a modalidade, o BB está investindo em divulgação. “Essa linha tem sido mais procurada neste ano, mas ainda está muito aquém do seu potencial de crescimento.”

Mesmo com a garantia do imóvel, em caso de inadimplência, as instituições financeiras preferem, primeiro, tentar renegociar a dívida, para só em último caso tomar o imóvel.

Refinanciamento do veículo surge como opção

Enquanto o home equity é mais indicado para quem precisa de uma grande quantia de dinheiro – como para empreender ou estudar no exterior –, o refinanciamento do veículo pode ser uma saída para dívidas menores. O processo de liberação de crédito é mais ágil e os juros são mais moderados.

O Banco do Brasil, por exemplo, oferece uma taxa a partir de 1,82% ao mês (24% ao ano) e financia até 70% do valor do veículo no prazo máximo de 60 meses. A taxa de juros é bem menor que a do rotativo do cartão de crédito, que chegou a 350,79% ao ano em agosto, segundo pesquisa da Anefac.

Antes de contratar o empréstimo, no entanto, é indicado considerar se o veículo é essencial. Se não for, a melhor opção é vendê-lo: além dos juros do financiamento, há custos de manutenção, seguro, combustível e a própria desvalorização do bem.

No caso do empréstimo com garantia de imóvel, também é importante, antes de contratar o financiamento, pesquisar as taxas de avaliação do imóvel e os custos com cartório, que ultrapassam R\$ 2 mil.

Volkswagen faz recall em 54,1 mil carros por problema no airbag

21/09/2015 - Fonte: Gazeta do Povo



A Volkswagen convoca os proprietários dos modelos Jetta, Jetta Variant, Tiguan, Passat, Passat Variant, Passat CC, CC e Eos a procurar uma revenda da marca para inspeção e reparo no sistema do airbag. No total serão chamadas 54.170 unidades em duas fases.

Na primeira, segundo a marca, será solucionado os casos em que a luz de advertência do equipamento acenda no painel, enquanto uma solução definitiva estará em desenvolvimento até a convocação para a segunda fase.

A empresa informa ter constatado a possibilidade de rompimento do cabo da espiral de contato do airbag frontal do motorista, devido a eventual entrada de impurezas, como longos fios de cabelo e tecidos. Caso isso ocorra, o equipamento não será acionado em situações de acidentes.

Carros envolvidos

Confira quem deve atender ao chamado:

Carro	Ano/modelo	Chassis
Jetta	2011 a 2014	BM001650 a EM026522
Jetta Variant	2012 a 2013	CM624628 a M644980
Tiguan	2010 a 2014	AW091977 a EW589204
Passat	2010 a 2014	AE063903 a AE182319; AP026362 a EP008228
Passat Variant	2010 a 2014	AE049185 a EE023394
Passat CC	2010 a 2012	AE506514 a CE545760
CC	2013	DE519774 a DE552819
Eos	2010 a 2011	AV013181 a BV002845

DAF Caminhões está entre as marcas mais desejadas no país

21/09/2015 - Fonte: Gazeta do Povo



A DAF do Brasil, cuja fábrica fica em Ponta Grossa, está entre as três marcas mais desejadas na categoria Caminhões e Ônibus, segundo levantamento realizado pela Fenabreve, associação que reúne os concessionários do país.

A pesquisa foi aplicada em distribuidores que atuam neste segmento em todo o país, com o objetivo de avaliar o relacionamento das empresas com o mercado.

Esta é a sétima edição do prêmio e a primeira vez que a montadora, de origem holandesa, figura entre os mais votados, já em seu segundo ano de operações no Brasil.

“É uma grande vitória para a nossa marca, nova no mercado nacional, ser reconhecida pelos distribuidores. Esta conquista é um ótimo indicador de que estamos no caminho certo”, afirma Luis Gambim, diretor Comercial da DAF Caminhões Brasil.

Artigo: Onde investir

21/09/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

Juros altos. Péssimo para quem tem dívida ou precisa de empréstimo. Ótimo para quem tem dinheiro para investir. Vamos juntos ao portal do Tesouro Direto para dar uma olhada nos títulos à venda e saber que rentabilidade bruta ganharemos sobre o dinheiro aplicado.

Tesouro Selic

Preocupado com a crise? Acha que a situação política e econômica ainda está longe de ser resolvida? Se você tem dinheiro por prazo indeterminado e gostaria de resgatar parte ou todo o capital a qualquer momento, sem se preocupar com oscilação de preço, escolha o

título Tesouro Selic e ganhe 100% da taxa Selic média, apurada entre a data da compra e a data de venda ou resgate.

Tesouro IPCA+

Preocupado com a inflação? Não quer que seu dinheiro perca a batalha contra a inflação e procura uma forma de proteger o seu dinheiro? Quer ganhar taxa de juros real, acima da inflação, para garantir crescimento do capital?

Se você tem dinheiro de longo prazo, pode esperar a data de vencimento do título, sabe que o preço do título vai oscilar ao longo do tempo e não se importa porque só pretende resgatar no vencimento, e deseja travar a taxa de juro real que receberá, escolha o Tesouro IPCA+.

São dois tipos de títulos, um paga rendimentos no vencimento e outro paga os juros semestralmente e IPCA no vencimento. Escolha um dos três vencimentos disponíveis de acordo com o seu horizonte de tempo.

Prefixado

Você quer saber quanto vai ganhar, em números absolutos. Pode esperar a data do vencimento e não pretende resgatar antes, promete que vai ignorar a flutuação do preço do título antes do vencimento porque o que interessa mesmo é receber o valor combinado, escolha o Tesouro Prefixado.

Sem dinheiro novo

Você tem investimentos em fundos, LCI, LCA, CDB, VGBL, a maioria em taxa pós-fixada, e gostaria de diversificar um pouco. Ficou particularmente atraído pela chance de ganhar juro real acima de 7% ao ano. A saída é resgatar parte dos recursos e comprar o Tesouro IPCA+.

Custos

Os custos são relativamente baixos quando comparados a outros produtos de investimento. A corretora que intermediará suas operações cobrará entre 0% e 0,5% ao ano; consulte a lista de instituições credenciadas e as taxas de cada uma. Taxa de custódia de 0,30% ao ano será paga à BM&FBovespa.

Impostos

O Imposto de Renda é cobrado no resgate ou na data do recebimento de rendimentos; a alíquota varia de acordo com o prazo da operação, de 22,5% (até 180 dias) a 15% (a partir de 721 dias).

Saiba mais

Explore o site www.tesouro.fazenda.gov.br/tesouro-direto. Pode parecer complicado, mas não é. Vencida a etapa de abrir uma conta em uma corretora, você pode fazer tudo pela internet, ou contar com a ajuda da corretora. Bons negócios!

Marcia Dessen - (Planejadora financeira pessoal, diretora do Instituto Brasileiro de Certificação de Profissionais Financeiros e autora de 'Finanças Pessoais: o que fazer com meu dinheiro'. Escreve às segundas.

Economistas pioram expectativa de queda do PIB pela 10ª semana seguida

21/09/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A pesquisa Focus, divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC), com economistas do mercado financeiro, apontou pela 10ª semana seguida uma vez piora na expectativa para o PIB deste ano e 2016. A economia brasileira deve registrar uma contração de 2,70% em

2015 e de 0,80% no ano que vem. A maioria das expectativas coletadas pelo BC até sexta-feira passada, 18, mudou em relação à semana anterior. As novas projeções para o desempenho da economia desta segunda-feira, 21, vêm após a divulgação do novo pacote de medidas de austeridade do Ministério da Fazenda, com a retomada de impostos como a CPMF, anunciado na semana passada.

Na semana passada, a previsão era de um encolhimento de 2,55% este ano. O PIB do segundo trimestre deste ano, divulgado no fim do mês passado pelo IBGE, mostrou que a economia recuou 1,9% frente aos três meses anteriores, registrando o pior desempenho da série histórica iniciada em 1996.

A piora na projeção do PIB deste ano tem influência a expectativa para 2016. O cenário para o ano que piorou pela sétima semana seguida. Na pesquisa anterior, a previsão era de um recuo na atividade econômica de 0,60%, que ampliou para 0,80%.

Segundo o informe do BC, a taxa de câmbio esperada para 2015 e 2016 aumentou pela 3ª semana seguida. A expectativa é que a moeda americana encerre este ano a R\$ 3,86 e o próximo a R\$ 4,00. Na semana passada, o relatório Focus indicava que a divisa sairia a R\$ 3,70 no fim deste ano e a R\$ 3,80 no ano que vem.

A perspectiva de inflação deste ano também teve alta, de 9,28% na semana passada, para 9,34%. Para 2016, a expectativa de 5,64% para o IPCA aumentou para 5,70%. Foi a sétima elevação semanal seguida. A projeção está acima da meta de inflação do BC, que é de 4,5%, podendo variar dois pontos para cima ou para baixo.

Já a taxa Selic para 2015 foi mantida no mesmo patamar pela 8ª semana seguida: nos atuais 14,25%. Após manter a previsão para 2016 por três semanas a 12%, a expectativa agora é de 12,25% para o próximo ano.

Crise do setor de mineração é global, diz secretário do MME

21/09/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

O secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia (MME), Carlos Nogueira, avaliou que a crise do setor de mineração é global e que faz parte do ciclo "de altos e baixos" do segmento. "O setor tem que estar preparado para pegar a curva ascendente que virá depois da depressão", disse a jornalistas antes da abertura do 16º Congresso Brasileiro de Mineração e Exposição Internacional de Mineração (Exposibram).

Ele lembrou a crise de 2008, quando a China passou a ser o principal consumidor do minério brasileiro no lugar dos Estados Unidos. "Acreditamos que essa depressão que estamos vivendo é cíclica, os preços vão voltar a patamares mais altos", afirmou.

Para ele, o grande desafio atual das empresas é operar com preços baixos. "Há 15 anos, o preço do minério de ferro era US\$ 10 a tonelada e todo mundo sobreviveu. O problema é que quando o preço sobe, os custos operacionais também sobem", alertou. O secretário falou que voltar aos níveis entre US\$ 150 e US\$ 140 a tonelada "vai demorar muito".

"Podemos ter um meio termo. O mercado já sinalizou, hoje já está US\$ 59. Acredito que quando chegar aos US\$ 80 a tonelada, todas as pequenas e médias mineradoras podem voltar à atividade. Porém, vai depender muito do mercado chinês", ressaltou. Por outro lado, conforme ele, o câmbio atual ajuda nas exportações do setor.

Nogueira também comentou que o MME discute muito a inovação e agregação de valor do setor, inclusive em parceria com os Ministérios de Ciência e Tecnologia e de

Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. “Temos que deixar de ser um País de monocultura do minério de ferro, que representa hoje 80% do PIB mineral brasileiro. Há a necessidade de diversificar a matriz mineral nacional. E aí um preço no nível atual afeta a balança comercial, a entrada de dólar no País”, falou, completando que na área de geologia, o País já avançou bastante.

“É possível agregar tecnologia nos bens minerais brasileiros. É óbvio que não transformaremos as 400 milhões de toneladas que produzimos hoje, em aço, mas não dá para ficar no mesmo patamar de 20 anos e aumentando exponencialmente a produção de minério de ferro. Estamos no caminho”, disse.

Marco regulatório

Questionado se o País apresenta insegurança jurídica para a avanço de investimentos no setor, principalmente estrangeiro, o secretário foi enfático. “Não. Pelo contrário. Vai mudar o código, mas os direitos serão preservados. O investidor não quer saber de novo marco, mas a partir do momento que ele decide investir é porque ele viu que tem garantia de retorno”, disse.

Conforme ele, o MME apoia o novo Marco Regulatório da Mineração, que substituirá o código em vigor, de 1967, que está em discussão e será enviado ao Congresso Nacional. “Vemos a necessidade sim de um novo marco, até porque o código atual tem 50 anos. Só tecnologicamente falando, ele tem amarras, a burocracia não deixa o setor andar. Outra coisa: o código vai ajudar cada segmento do setor, que tem as suas nuances”, falou.

Nogueira ainda comentou brevemente sobre a cadeia de alumínio. Para ele, o impedimento para que o setor seja competitivo é o valor da energia elétrica, já que é um segmento que tem uma demanda muito grande pelo insumo. “Não é questão de política mineral, é de política energética”, ressaltou.

Nova fábrica da Klabin vai gerar energia suficiente para abastecer uma cidade

21/09/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Uma indústria que além de produzir papel também gera energia – e muita, suficiente para abastecer uma cidade como Londrina, com mais de meio milhão de habitantes. Assim será a nova fábrica da Klabin, que está sendo construída em Ortigueira e deve começar a operar em março de 2016.

Restos de madeira, água e produtos químicos usados na produção de celulose serão capazes de gerar até 330 megawatts. A título de comparação, a usina de Mauá, em Telêmaco Borba, inundou quilômetros de área e custou R\$ 1,4 bilhão para gerar 361 megawatts.

O diretor de Planejamento, Projetos e Tecnologia Industrial da Klabin, Francisco Razzolini conta que partes das árvores não usadas na produção, como cascas e galhos finos, viram biomassa, queimada numa caldeira para gerar vapor.

Depois de aplicados sulfetos (enxofre) e soda para dissolver a madeira, o resíduo é um líquido chamado de licor negro, rico também em lignina e açúcares da madeira. Ao final do processo, a água é evaporada, girando turbinas, e os compostos orgânicos são queimados.

Sobram apenas os produtos químicos, que são reutilizados. O sistema ainda tem a vantagem de ser em circuito fechado – ou seja, os produtos usados são reaproveitados, sem resultarem em dejetos e efluentes. A fábrica, portanto, será autossuficiente em energias renováveis.

Da energia gerada, 120 megawatts serão usados na operação da indústria. Mas a empresa estima que, mesmo sem usar a capacidade máxima do sistema, será possível “devolver” ao sistema energético 150 megawatts – cenário que ficou ainda mais rentável com os recentes aumentos na energia elétrica.

Assim, o investimento aproximado de R\$ 600 milhões em todo o sistema de energia deve “se pagar” em cinco anos. Razzolini conta que será gerada mais energia em Ortigueira do que em Telêmaco Borba, onde a Klabin tem uma fábrica. Além dos avanços tecnológicos dos últimos anos, na indústria que está em funcionamento é produzida celulose marrom, que usa a lignina.

Curitiba, cidade-modelo. Agora de democracia

21/09/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

LISTA É LIDERADA POR PAÍSES NÓRDICOS

Brasil está na frente da Argentina, que ocupa a 52ª posição no ranking; do México, no 57º lugar; e de Cuba, na 127ª posição

RANKING MUNDIAL DA DEMOCRACIA

	posição	nota	eleições e pluralismo	governo	participação	cultura	liberdades civis
Noruega	1ª	9,93	10,00	9,64	10,00	10,00	10,00
Suécia	2ª	9,73	9,58	9,64	9,44	10,00	10,00
Islândia	3ª	9,58	10,00	9,29	8,89	10,00	9,71
...							
Brasil	44ª	7,38	9,58	7,50	4,44	6,25	9,12
Argentina	52ª	6,84	8,75	5,71	5,56	6,25	7,94
México	57ª	6,68	8,33	6,07	6,67	5,00	7,35
Cuba	127ª	3,52	1,75	4,64	3,89	4,38	2,94
N Coreia	167ª	1,08	0,00	2,50	1,67	1,25	0,00

Fonte: The Economist Intelligence Unit. Infografia: Gazeta do Povo.

Tornar as pessoas protagonistas das mudanças que desejam ver na política é o objetivo do projeto Cidade Modelo, que está sendo desenvolvido em Curitiba pelo Instituto Atuação, em parceria com a The Economist Intelligence Unit, empresa de pesquisa da tradicional revista britânica **The Economist**.

Uma pesquisa está sendo feita para definir o índice de democracia de Curitiba e apontar medidas para fortalecer a democracia na capital. “O Cidade Modelo começou com a ideia de identificar iniciativas democráticas, implantá-las aqui e testá-las num período de cinco anos, para que sirvam de modelo para outras cidades do país”, diz Jamil Assis, gestor de projetos do Atuação.

A ampliação da transparência das contas municipais e o incentivo à participação comunitária das pessoas são exemplos de iniciativas que podem ser implantadas em Curitiba, a partir do plano de ação definido pelo Atuação, segundo Jamil Assis.

“Como nosso foco é participação e transparência, me parece realista pensar inicialmente nos sites da prefeitura e da Câmara, com todos os dados sobre a administração da cidade”, diz. “Outra boa aposta são mecanismos para incentivar a participação das pessoas nas suas comunidades”, completa.

A revista *The Economist* publica anualmente um ranking da democracia nos países. “O Brasil é considerado uma democracia falha, principalmente por ter baixos índices de participação e de cultura política. Então esses são os nossos focos, além da transparência”, explica Assis.

No momento, pesquisadores estão concluindo entrevistas com lideranças de Curitiba – promotores, juízes, advogados, líderes comunitários – para definir o índice de democracia

na cidade. A metodologia combina técnicas norte-americana e sueca, com 75 perguntas para aferir o acesso das pessoas à justiça e à mídia, o funcionamento da polícia, a existência e o engajamento em organizações sociais, entre outros pontos.

Essa pesquisa vai embasar um plano de ação por cinco anos, período em que serão implantadas iniciativas bem sucedidas em outras cidades do mundo. O resultado de todo esse trabalho será divulgado de 23 a 25 de novembro em Curitiba. "Num seminário, vamos validar um plano de ação junto com quem vai ajudar a implementar: prefeitura, Câmara, sociedade civil", diz Assis.

Brasil está na 44ª posição no ranking mundial da democracia

O Brasil ocupa a 44ª posição no ranking mundial da democracia. A lista é encabeçada por países nórdicos, com Noruega, Suécia e Islândia nos três primeiros lugares. Nosso país, está na frente da Argentina, que ocupa a 52ª posição no ranking, e do México, no 57º lugar.

A lista da *The Economist* coloca Cuba na 127ª posição entre os países mais democráticos. No fim da fila, a Coreia do Norte é o país menos democrático do mundo. O índice avalia cinco pontos: processo eleitoral e pluralismo; liberdades civis; funcionamento do governo; participação política; e cultura política.

VW é pega nos EUA por burlar emissões de diesel

21/09/2015 - Fonte: Automotive Business

A agência de proteção ambiental americana EPA está acusando a Volkswagen de instalar em 482 mil carros a diesel um software capaz de iludir os órgãos reguladores federais de emissões. A fabricante adotou o que a EPA vem chamando de "dispositivo manipulador" para fazer parecer que os carros vinham cumprindo as normas. A notícia foi divulgada no jornal USA Today na sexta-feira, 18.

Segundo a agência ambiental, os carros que usaram o recurso para burlar a legislação foram os Jetta, Beetle/Fusca e Golf de 2009 a 2014, Passat 2014 e 2015 e os Audi A3 do período 2009-2015.

Esses carros teriam emitido volume até 40 vezes maior de óxido de nitrogênio (Nox), que agrava doenças respiratórias como a asma. A Volkswagen admitiu ter instalado o dispositivo e disse em um comunicado estar cooperando com a investigação, mas não irá comentar o caso.

Segundo o USA Today, o Grupo Volkswagen poderá enfrentar multas de US\$ 37,5 mil por veículo, o que resultaria num total de US\$ 18 bilhões. Além disso, o escândalo poderia expor a companhia a ações judiciais e multas pela venda desses carros sob o nome "Clean Diesel".

A EPA recorda que os carros não oferecem riscos à segurança e por isso os proprietários não precisam tomar medidas imediatas. Mas funcionários da agência disseram que será exigida do Grupo VW a correção do problema, indicando um provável recall. A Califórnia também deu início a uma investigação sobre o assunto.

A EPA e os órgãos reguladores da Califórnia descobriram o dispositivo após pesquisadores da West Virginia University e do Conselho Internacional de Transporte Limpo "levantarem questões sobre níveis de emissões em veículos Volkswagen", disse a agência federal.

CEO da Volkswagen diz 'lamentar' violação de lei ambiental dos EUA

21/09/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo



A Volkswagen contratou uma investigação independente externa após reguladores norte-americanos descobrirem que um software da montadora projetado para carros a diesel emitia dados falsos sobre as emissões de poluentes, disse o presidente da empresa neste domingo (20), acrescentando "lamentar profundamente" a violação das regras norte-americanas.

"Eu, pessoalmente, lamento profundamente que nós tenhamos quebrado a confiança de nossos clientes e do público", disse Martin Winterkorn em um comunicado publicado pela montadora neste domingo. "A Volkswagen determinou uma investigação externa sobre este assunto."

A Agência de Proteção Ambiental dos EUA (EPA, na sigla em inglês) disse na sexta-feira que o software enganava reguladores na medição de emissões tóxicas, acrescentando que a Volkswagen poderia enfrentar multas de até US\$ 18 bilhões como resultado.

"Nós não toleramos e não vamos tolerar violações de qualquer tipo dos nossos regulamentos internos ou da lei", disse Winterkorn, acrescentando que a empresa estava cooperando plenamente com as agências relevantes.

Ele não deu detalhes de quem está encarregado do inquérito independente. "Este não é um problema usual de 'recall', um erro na calibração ou mesmo uma falha de segurança grave", escreveram analistas da Bernstein, em nota no domingo. "Não há nenhuma maneira de colocar um lado otimista nisso, isso é realmente sério."

Cynthia Giles, uma agente da EPA, disse na sexta-feira que os carros em questão "continham software que desativava controles de emissões ao dirigir normalmente e os ligava quando o carro estava passando por um teste de emissões".

O recurso, que a EPA chamou de "dispositivo manipulador", mascara as verdadeiras emissões apenas durante o teste.

Quando os carros estão na rua, eles emitem até 40 vezes o nível de poluentes permitidos pelas regras de ar limpo destinadas a garantir a proteção da saúde pública, disse Giles.

Nova geração do BMW Série 7 aceita comandos por gestos

21/09/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

"Bem-vindos à nova definição de luxo moderno", diz o porta-voz da BMW no início da apresentação do novo Série 7. O carro está dentro de um pequeno auditório do Grand Hyatt Hotel, no coração de Manhattan. Helder Boavida, presidente da empresa no México, começa a enumerar os novos recursos. Com o leitor de gestos, motorista e corona regulam o volume do som e selecionam faixas de música sem apertar nenhum botão.

Atrás, um tablet desenvolvido em parceria com a Samsung permite regular desde as luzes da cabine até os massageadores embutidos nos bancos. Há também extensões para acomodar os pés.

Até então, aquele sedã enorme diante da plateia apenas enfeita o ambiente. O que importa é a vitrine tecnológica que representa, expondo o que a BMW terá a oferecer nos próximos anos.

A lista de itens vai longe e traz mecanismos como o sistema de monitoramento que acelera e freia o carro automaticamente. A transmissão pode se conectar ao GPS, adaptando o veículo à condição da estrada.

Outro recurso que impressiona é o sistema que permite comandar as manobras de estacionamento do lado de fora do BMW. Nesse caso, a chave funciona como um pequeno joystick. Pena que a legislação de trânsito norte-americana não autorize seu uso, o que impossibilitou uma simulação.

E, claro, há os motores. A versão avaliada, 750i, traz um 4.4 V8 de 450 cv. Recomenda-se abrir a janela antes de ligá-lo para apreciar o ronco, pois, com os vidros fechados, o silêncio o faz parecer um carro elétrico.

A avaliação acontece no autódromo de Monticello, um vilarejo do estado de Nova York. Um piloto profissional vai adiante, em um cupê 435i. Ele ataca as curvas com destreza em alta velocidade, enquanto o Série 7 tenta acompanhá-lo.

O sedã de 5,1 metros segue sob controle, enquanto a eletrônica trata de corrigir a trajetória quando necessário. É um teste divertido, mas sabe-se que seus compradores dificilmente o levarão a uma pista de corrida.

Na verdade, os tradicionais clientes desse segmento não deverão usar nem 10% dos itens tecnológicos disponíveis. Eles têm cabelos grisalhos e carreiras bem sucedidas a ponto de ter motorista particular e um carro de alto luxo como esse oferecido pela empresa. Ou então, são os donos da empresa.

Mesmo com um dia inteiro de avaliações, não deu para conhecer todos os recursos do novo Série 7. Um novo encontro está marcado para o início de 2016, quando o modelo chegará ao Brasil. A BMW ainda não definiu preços, mas espera-se algo perto de R\$ 600 mil.

Empresários também têm culpa por crise, diz presidente do Insper

21/09/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

O governo Dilma é incompetente, mas os empresários também são culpados pela crise porque aplaudiram a agenda populista do PT nos últimos anos e só mudaram de lado quando a conta dessa política chegou.

A avaliação é do economista Marcos Lisboa, ex-secretário de Política Econômica no governo Lula, para quem parte do empresariado está sendo oportunista. "Muitos dos que agora estão criticando apoiaram as medidas que levaram a economia à situação em que está."

Presidente do Insper, um dos centros de pesquisa e ensino mais respeitados do país na área econômica, Lisboa acha que o pacote para tentar equilibrar as contas do governo anunciado pelo governo na semana passada é frustrante, porque não reverte a trajetória de crescimento explosivo da dívida pública.

Lisboa diz que está menos pessimista do que no ano passado, porque a sociedade abandonou o "autoengano" e passou a discutir seus problemas. Ainda assim, estima uma recessão de 3% neste ano e de 2% em 2016.

Para ele, a crise econômica atual não começou agora e aumentar impostos não é a melhor solução.

"O ritmo de crescimento do emprego está diminuindo desde 2011", diz ele, mas o governo errou ao não diagnosticar antes um problema estrutural na economia.

"As medidas até agora tentam aumentar a receita e cortar algum investimento. É o equivalente a tomar morfina quando você está com uma doença crônica. Tira um pouco da dor, mas, quando passa o efeito da droga, a doença volta mais grave", diz.

Em sua avaliação, aumentar impostos é uma solução imperfeita, porque não ataca as causas da moléstia, num país cuja carga tributária já é maior que na maioria dos países emergentes.

Lisboa critica tanto o governo Dilma Rousseff quanto parte do empresariado brasileiro pela manutenção de uma política econômica "populista".

"Mascararam números, elevaram gastos, aumentaram subsídios. Deu errado. Crescemos menos que o resto do mundo e os ganhos sociais estão retrocedendo."

Segundo ele, os investimentos produtivos não se recuperam porque não há segurança para investir no país em projetos de cinco ou dez anos. "Temos esse oportunismo político de mudar as regras e isso acaba com a credibilidade."

A seguir, os principais trechos da entrevista.

*

Folha - As medidas de ajuste propostas pelo governo Dilma são suficientes para tirar o país da crise?

Marcos Lisboa - Essas medidas foram uma imensa frustração. Minha impressão é que não se entendeu a origem das dificuldades por que passa o país. O problema do Brasil é muito mais grave do que fazer um superavit primário de 0,7% em 2016.

Temos uma trajetória de crescimento da dívida pública acima do PIB. Devemos terminar este governo em 2018 como o país emergente mais endividado do mundo. É uma tendência explosiva. E o ajuste proposto não afeta em nada essa trajetória.

O que precisaria ser feito?

As despesas no Brasil crescem por dois motivos principais. Primeiro, por causa das regras de vinculação da despesa pública. À medida que o país cresce, aumentam as despesas com educação, saúde e vários outros programas.

Quando o país para de crescer, não é possível reduzir essa despesa. Na média, portanto, essas despesas crescem acima do PIB.

Segundo, por causa do envelhecimento do Brasil. Hoje a população em idade para se aposentar cresce quatro vezes mais rápido que a população em idade para trabalhar.

Isso é agravado pelas regras que permitem que pessoas jovens se aposentem. É bom enfatizar: a idade média de aposentadoria por tempo de contribuição é 53 anos para mulheres e 54 para os homens. Outros países elevaram essa idade mínima para 60, 65 anos e até mais.

É factível para uma presidente com popularidade baixa fazer essas reformas em um Congresso hostil?

Ou nós atacamos os problemas ou os problemas vão nos atacar. O Brasil está pagando o preço de uma crise grave e profunda por não ter feito esse ajuste.

O ajuste proposto é modesto, mas o governo vem sofrendo pressão para abandoná-lo. O que pode ocorrer se o governo ceder?

As medidas adotadas até agora são de má qualidade e algumas chegam a prejudicar a eficiência da economia. Se até isso for abandonado, a crise vai se agravar.

Vale lembrar que a crise do Brasil não começa em 2015. O ritmo de crescimento do emprego está diminuindo desde 2011. Mas, na campanha e no início da gestão, o diagnóstico do governo não era de um problema estrutural.

As medidas até agora tentam aumentar a receita e cortar algum investimento. É o equivalente a tomar morfina quando você está com uma doença crônica. Tira um pouco da dor, mas, quando passa o efeito da droga, a doença volta mais grave.

É possível hoje evitar um aumento de carga tributária?

Se aumentar impostos neste ano, terá que elevar em 2016 e 2017. O problema não para.

Com o agravante de que a carga tributária no Brasil já é maior que na maioria dos países emergentes.

Hoje não há segurança para investir no país em projetos de cinco ou dez anos. Aqui temos esse oportunismo político de mudar as regras e isso acaba com a credibilidade. Nos últimos seis anos, começando após a crise de 2008, a política econômica populista contribuiu enormemente com a crise.

Mascararam números, elevaram gastos, aumentaram subsídios. Deu errado. Crescemos menos que o resto do mundo e os ganhos sociais estão retrocedendo.

Economistas ligados ao PT continuam defendendo que é preciso reduzir juros para estimular os investimentos e aumentar o crescimento.

A Dilma começou seu primeiro mandato prometendo juro real de 2% e gastando mais. O que estão propondo agora é o mesmo que levou o país à grave crise que atravessamos.

Crédito subsidiado melhora os resultados das empresas, mas não eleva os investimentos. A empresa só troca um financiamento privado caro por um empréstimo público mais barato. Política industrial pode ser eficaz e todo mundo faz, mas tem que selecionar direito e criar contrapartidas. Não pode dar incentivos e proteções a roldão.

A indústria, que se beneficiou dessa proteção, agora critica muito o governo.

É profundamente injusto dizer que a culpa é só do governo. Essa agenda foi defendida durante anos por interesses empresariais.

Foi aplaudida em praça pública no começo de 2009, dizendo que levaria a um aumento do investimento e tiraria o país da crise internacional.

O setor financeiro tem sido mais cauteloso nas críticas. Por quê?

Não posso falar por setores específicos. Mas ninguém gosta de enfrentar o fracasso. É verdade que o governo é incompetente, mas não agiu sozinho. Muitos dos que hoje criticam apoiaram as medidas que levaram a economia à situação em que está. Mas também é claro que existe uma preocupação legítima com a solidez do país.

Qual é a responsabilidade do Congresso na crise?

Outras pessoas podem falar melhor de política, mas a única coisa que decepciona tanto quanto o governo é a oposição. Na campanha, a oposição também se eximiu de enfrentar os problemas.

Qual é a dificuldade de debater a governança das estatais? É muito ruim mesmo. Também precisamos discutir o funcionalismo, que ganha muito mais do que o setor privado.

E qual é o problema de falar de privatização? Na minha geração, telefone era presente de casamento declarado no Imposto de Renda. O país melhorou muito depois da privatização.

O Brasil ainda tem chance de evitar a perda do grau de investimento de outra agência?

A crise é grave e o rebaixamento é um sintoma. Essa crise vai ser longa, mas hoje estou menos pessimista do que há um ano, quando os problemas já eram visíveis, mas havia um autoengano e o país se recusava a enfrentá-los.

Pelo menos hoje estamos discutindo.

Só ainda não chegamos ao fundo do poço. As previsões no Insper apontam para uma recessão de 3% neste ano e 2% no ano que vem.

O sr. projeta alguma recuperação da economia em 2017?

É difícil a economia se recuperar enquanto os problemas não forem enfrentados. A crise vai piorar. Haverá impacto nos resultados das empresas, repercussão no emprego e na qualidade de vida.

A conta do populismo sempre chega. No Brasil, essa conta chegou.

Ao contratar funcionários temporários, defina o momento de pico do negócio

21/09/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

As contratações por um período determinado podem ser uma oportunidade de conhecer e testar profissionais.

Empresas que precisam substituir trabalhadores com mau desempenho ou aumentar equipe podem efetivar temporários que se destacarem, diz Soares.

Veja dicas de Scher Soares, fundador da Triunfo Consultoria, para contratar funcionários temporários:

DENTRO DA LEI

A contratação de funcionários temporários só pode ser feita para atender necessidades momentâneas de substituição de pessoal ou acréscimo de serviço, e deve ter o intermédio de uma agência especializada.

NA HORA CERTA

Faça um cronograma reverso e identifique quando será o pico de sua atividade, considerando o período necessário para treinamento. Indústrias aumentam a produção mais cedo, e o setor de serviços pode contratar depois.

PELO TEMPO NECESSÁRIO

O contrato temporário tem um período máximo de três meses, mas pode ser renovado. Avalie a duração da demanda extra de seu negócio. O setor de vestuário, por exemplo, deve considerar a época de trocas.

QUANTIDADE ADEQUADA

Em ano de economia desaquecida, uma previsão de vendas realista é muito importante. Avalie se é o caso de reduzir a equipe extra em relação ao ano passado, mas não contrate menos do que o necessário para não perder vendas.

Projeto para liberar carro diesel volta a tramitar

21/09/2015 - Fonte: Automotive Business

A **liberação de carros a diesel** no País voltou à pauta da Câmara dos Deputados em Brasília esta semana, com a instalação de uma comissão especial para analisar a proposta, baseada em dois projetos de lei, PL 1013 e PL 2733, que foram apresentados originalmente em 2011 e juntados em um só processo do legislativo.

No ano passado, a proposição foi rejeitada em duas comissões, de Meio Ambiente e do Desenvolvimento Econômico, sob a alegação de que o aumento de consumo de diesel poderia causar danos ambientais e à saúde da população.

O projeto foi arquivado no fim de janeiro deste ano, mas menos de um mês depois, atendendo a um requerimento do deputado Weverton Rocha (PDT-MA), autor do PL 2733, foi desarquivado pela Mesa da Câmara para tramitar novamente na Casa.

Antes de ser aprovado ou rejeitado pelos deputados, o projeto de lei teria de passar novamente pela análise em cinco comissões (Viação e Transportes, Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Minas e Energia, e Constituição e Justiça).

Para apressar esse trâmite, conforme previsto pelo regimento interno da Casa, em agosto passado foi determinado por ato da Presidência das Câmara a formação de uma comissão especial, com integrantes indicados pelas lideranças dos partidos, que irá emitir um parecer único com todos os interesses envolvidos.

Só no último dia 16 de setembro os membros tomaram posse e foi instalada oficialmente a comissão, que será presidida pelo deputado Expedito Netto, do Solidariedade de Rondônia – mesmo partido do deputado Aureo Lídio Moreira, do Rio de Janeiro, que é autor do PL 1013.

“O projeto foi rejeitado (no ano passado) sem embasamento técnico. O País agora vive um outro momento e os deputados podem analisar melhor a proposta”, argumenta Vicente Pimenta, gerente de relações governamentais da Delphi no Brasil e membro do conselho da Aprove Diesel, associação formada por empresas do setor automotivo criada em 2013 com o objetivo de demonstrar as vantagens da liberação do uso de diesel por veículos leves no Brasil.

A opção é vetada desde 1976 e a regulamentação mais recente, a Portaria 23 do Departamento Nacional de Combustíveis (DNC), de 1994, permite a utilização de diesel somente por veículos com capacidade de carga superior a uma tonelada ou com tração 4x4 e reduzida.

ARGUMENTOS A FAVOR

Pimenta diz que desta vez a Aprove Diesel será ouvida pelos deputados. Uma reunião com membros da comissão especial já agendada para o fim deste mês em Brasília, quando deverão ser apresentados os argumentos favoráveis à liberação, entre eles a já ampla distribuição de diesel limpo no País, com baixo teor de enxofre, a ser usado em carros com sistemas que mitigam muito a emissão de poluentes, ao mesmo tempo em que consomem menos combustível e, por consequência, emitem menos gases de efeito estufa

(CO₂) na atmosfera. Outro fator a favor seria o incentivo ao aumento do uso de biodiesel, já misturado ao diesel fóssil consumido no Brasil.

Também não se justifica temor de grande impacto inicial no consumo do combustível, pois os carros diesel são bem mais caros do que os a gasolina ou etanol. Portanto, o custo só compensaria para pessoas que usam o veículo intensamente, principalmente para trabalho, como taxistas e uma série de outros profissionais liberais. A Aprove Diesel calcula que não mais do que 5% o volume de carros diesel na frota de veículos leves no País após os primeiros anos de liberação.

Segundo Pimenta, que esteve presente na Câmara no dia da instalação da comissão especial, os deputados que formam o colegiado se mostraram favoráveis ao fim da proibição do uso de diesel para veículos leves.

“O deputado Expedito Netto (presidente da comissão) disse que quer fazer o projeto andar rápido, para resolver logo a situação. Ele entende que, uma vez eliminadas as preocupações com impactos ambientais, a proposta sinaliza para uma abertura tecnológica que pode inclusive incentivar a geração de empregos na produção de biodiesel e na formação de uma rede de serviços de manutenção para carros diesel que ainda não existe aqui”, comentou o executivo.

TRAMITAÇÃO

Após a abertura da comissão especial, foi estabelecido prazo de cinco seções do colegiado para receber propostas de emendas ao projeto de lei, cujo texto não contempla a liberação total do diesel para qualquer veículo leve, mas apenas para utilitários e táxis.

“Vamos apresentar nossas propostas para mudar isso e incluir qualquer veículo leve, pois para utilitários a legislação já prevê a liberação de diesel, e se liberar também só para táxis vai causar muitos problemas na hora de revender esses carros. É necessário fazer ajustes até para evitar que o projeto seja extinto em si mesmo. Por isso vamos conversar com os membros da comissão para propor essas correções”, afirma Pimenta.

Em 2011, dois deputados apresentaram proposições diferentes. O PL 1013, do deputado Aureo Moreira, prevê a liberação para “veículos utilitários de tamanho médio uso misto (passageiros e até uma tonelada de capacidade de carga)”. Com isso, apenas seria transformada em lei a portaria que já prevê exatamente a mesma coisa.

Ainda no mesmo ano, o deputado Weverton Rocha apresentou o PL 2733, que prevê a liberação do uso de diesel somente para táxis. Como tratava de tema parecido, em dezembro de 2011 o projeto foi juntado ao PL 1013.

A proposta ficou parada na Câmara durante 2013 inteiro e só foi retomada em março de 2014, quando entrou na pauta da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS).

O relator, deputado Giovani Cherini (PDT-RS), votou pela aprovação, mas na apreciação da comissão, em outubro de 2014, venceu o parecer do deputado Sarney Filho (PV-MA), que rejeitou o projeto de lei.

O mesmo aconteceu meses depois, em dezembro, na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC), onde o relator deputado Mendonça Filho (DEM-PE) replicou o parecer da CMADS e rejeitou mais uma vez o projeto, que então seguiu para ser arquivado e, logo depois, desarquivado.

JAC vai na contramão da queda do mercado chinês

21/09/2015 - Fonte: Automotive Business



Na contramão do mercado chinês, que em agosto anotou a terceira queda consecutiva das vendas no comparativo mensal, a JAC comemora seus números positivos: entre janeiro e agosto, a montadora chinesa acumula alta de 27% dos emplacamentos, para 375 mil unidades, registrando a maior taxa de crescimento entre as demais marcas da indústria local.

Enquanto o mercado chinês observa menor taxa de crescimento no segmento leve, a JAC registra quase o dobro no volume de entrega, 209 mil unidades, aumento de 93,3%, sendo o SUV compacto S3 o mais vendido, com 120 mil unidades, aproveitando o bom momento do segmento de utilitários esportivos, único a registrar crescimento entre os demais do segmento leve no mercado chinês.

Também acompanhando o mercado, as vendas de veículos comerciais da JAC declinaram. As vendas acumuladas somaram 2,21 milhões de unidades, queda de 13,5%, enquanto a produção diminuiu 12,6%, para 2,23 milhões, embora os licenciamentos dos caminhões leves tenham aumentado 36,5%, mesmo diante do aumento de preços.

Já as exportações totais da marca subiram 43% nos oito meses fechados do ano, para 50 mil unidades, ficando em terceiro lugar no ranking das vendas ao exterior, embora este volume responda apenas por 10% das exportações totais de veículos a partir da China no período.

China confirma recessão no setor automotivo

21/09/2015 - Fonte: Automotive Business



As vendas de veículos na China diminuíram 3% em agosto na comparação com mesmo mês do ano passado, para 1,66 milhão de unidades. De acordo com dados divulgados pela CAAM, associação que reúne as fabricantes, é o terceiro mês seguido de queda, confirmando recessão do setor, uma vez que a produção também diminuiu pelo terceiro mês consecutivo, com retração de 8,4% na mesma comparação, para 1,59 milhão de unidades. Os dados consideram veículos leves, comerciais e pesados.

No acumulado entre janeiro e agosto, o maior mercado automotivo do mundo ainda mantém estabilidade, com os mesmos 15 milhões de veículos novos licenciados até

agosto, como foi em 2014, enquanto a produção teve leve queda de 0,2%, para 15,1 milhões de unidades, entre automóveis, caminhões e ônibus.

O segmento leve encerrou o acumulado de oito meses com volume de 12,78 milhões de unidades, alta de 2,6% sobre igual período de 2014, e incremento de 2,4% na produção, para 12,97 milhões.

Segundo a entidade, as taxas de crescimento são 9,2 e 8,1 pontos percentuais menores que as registradas há um ano. Isto é reflexo do fato de apenas o segmento de SUV ter registrado crescimento, acima de 40% tanto em vendas quanto em produção no acumulado, sustentando o resultado do segmento leve. Automóveis de passeio tiveram queda de 8,6% nas vendas e de 9,3% na produção.

Mas foram os veículos comerciais pesados que puxaram o resultado do mercado para baixo: em oito meses, as vendas caíram 12,6% no comparativo anual, para 2,23 milhões, com a produção de 2,21 milhões de unidades, declínio de 13,5%.

Caminhões tem o pior resultado, com quedas de 14,5% e 15,6% nas vendas e produção, respectivamente, enquanto ônibus reduziram vendas em 1,8% e produção em 1,5%. O desempenho do segmento segue mais de perto a desaceleração do crescimento econômico da China verificada este ano.

Lexus fecha única concessionária plena do País

21/09/2015 - Fonte: Automotive Business

A primeira concessionária Lexus do Brasil fechou as portas na sexta-feira, 18, pouco mais de três anos depois de sua inauguração. A unidade ficava na zona sul da cidade de São Paulo e foi aberta pela Tsusho em maio de 2012. Era a única concessionária plena da marca no País, com showroom e oficina.

As vendas na capital paulista permanecerão na loja da Rua Colômbia, aberta na metade de 2014. Os serviços de manutenção e reparos, porém, serão feitos numa concessionária Toyota Tsusho em São Caetano do Sul.

A Lexus tem ao todo 14 pontos de venda e assistência em dez Estados diferentes. Em 2014 registrou cerca de 240 carros vendidos e elevou essa expectativa para 100 unidades por mês quando lançou, em março, o utilitário esportivo NX 200t.

No entanto, de janeiro a agosto teve apenas 265 unidades emplacadas. A linha à venda no Brasil tem seis modelos, três sedãs e três utilitários esportivos, um deles híbrido. Os preços variam entre R\$ 131.450 e R\$ 645.589.

Edital da Finep de R\$ 53 mi prevê capacitação para empresas nacionais

21/09/2015 - Fonte: CIMM

A Finep e a Agência Espacial Brasileira (AEB) lançaram nesta terça-feira (15), na sede do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), edital voltado para o setor aeroespacial no valor de R\$ 53 milhões. Com recursos de subvenção econômica, a chamada pública abre a possibilidade de transferência de tecnologia para que empresas nacionais participem cada vez mais do desenvolvimento de satélites no País.

“É uma iniciativa de alcance estratégico muito importante para o Brasil”, destacou o presidente da Finep, Luis Fernandes. O edital estava previsto no Acordo de Transferência

de Tecnologia Espacial firmado entre a AEB e a empresa Thales Alenia Space, no âmbito do Decreto 7.769, de 28/06/2012.

Serão apoiadas propostas para transferência tecnológica nos seguintes tópicos: Subsistema de Propulsão (R\$ 11 milhões); Subsistema de Potência e Painéis Solares (R\$ 5 milhões); Subsistema de Controle Térmico: Engenharia de Sistemas e Qualificação de Interfaces (R\$ 2,2 milhões); Tecnologia de cargas úteis ópticas de observação: Pacotes de trabalho 1 e 2 (R\$ 30 milhões); Estruturas mecânicas para cargas úteis de observação da Terra a base de fibra de carbono (R\$ 4 milhões); Tecnologia de componentes FPGA e ASIC para aplicações embarcadas (R\$ 800 mil).

De acordo com Fernandes, iniciativas como esta já têm sido executadas em outras áreas no País, como na saúde, na produção de medicamentos que são depois adquiridos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

“Este edital é especificamente voltado para a capacitação tecnológica de empresas nacionais. É um esforço para consolidar empresas que podem servir ao programa espacial brasileiro”, disse.

Para o ministro Aldo Rebelo, do MCTI, o atual momento de transição e ajuste pelo qual o País passa não é incompatível com a afirmação do interesse científico e tecnológico nacional. “Esse edital reafirma a nossa ousadia tecnológica na construção desse tipo de satélite e na promessa do conhecimento que vamos acumular em um setor sensível da tecnologia”, afirmou.

Satélite Geoestacionário

No fim de 2013, a Visiona Tecnologia Espacial (joint-venture entre a Embraer e a Telebras), a AEB, a Thales Alenia Space e a Ariane Space firmaram contrato para o desenvolvimento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC). A iniciativa envolveu os ministérios das Comunicações, da Defesa e da Ciência, Tecnologia e Inovação, além da Finep - que apoiou o projeto com R\$ 240 milhões.

Os principais objetivos do satélite, que deve ser concluído em 2016, são ampliar o acesso à banda larga nas regiões remotas do País por meio do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) e a soberania brasileira nas comunicações das Forças Armadas.

A Thales ficou responsável pelo fornecimento do satélite e a Ariane pelo lançamento do equipamento. Os contratos com os fornecedores também previram a transferência de tecnologia para empresas brasileiras, sob coordenação da AEB, o que será realizado a partir deste edital. O SGDC está sendo construído na França pela Thales, sob a supervisão da Visiona. “O objetivo é a capacitação de empresas brasileiras, o que se somará ao esforço de construção e operação do satélite geoestacionário.

A transferência de tecnologia e a capacitação de empresas nacionais é uma parte do projeto”, destacou Luis Fernandes, ressaltando que o Governo optou por não apenas contratar um serviço, mas por ser parceiro nesse projeto para assimilar e consolidar capacitação tecnológica.

A partir do lançamento do edital, as empresas terão exatamente um mês para submeter as propostas. O resultado final será divulgado no dia 30 de novembro deste ano. Por ser um edital específico, são esperadas apenas empresas com experiência no setor. Para a seleção, serão levadas em consideração características como histórico de projetos, equipe dedicada, estrutura física e montagem do plano de trabalho.

O presidente da Finep chama atenção também para o fato de o edital disponibilizar os chamados recursos a fundo perdido (sem precisar devolvê-los nem vender participação).

“Onde há a inovação mais radical é onde o poder público e as empresas compartilham o risco da inovação via subvenção. Resgatar a operação desse instrumento no Brasil é fundamental como política de promoção da inovação”, concluiu Fernandes.

Trabalhadores da Volkswagen no ABC aceitam corte de jornada e salário

21/09/2015 - Fonte: CIMM

Metalúrgicos da Volkswagen em São Bernardo do Campo (SP) aceitaram adesão ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE) lançado pelo governo federal e que prevê corte de salários e jornada de trabalho, informou o sindicato local nesta sexta-feira.

A adesão da fábrica que emprega cerca de 12 mil trabalhadores ao esquema representa um impulso às tentativas do setor e do governo federal de evitar demissões em massa em um momento em que as vendas de veículos no país são as piores em cerca de 10 anos. Anteriormente, a fábrica de ônibus e caminhões da Mercedes-Benz já havia aderido ao PPE.

Os trabalhadores da Volkswagen aceitaram redução de jornada de trabalho em 20 por cento durante seis meses, prorrogáveis por mais seis, e corte de 10 por cento nos salários. O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) vai bancar os vencimentos de parcela de 10 por cento dos salários dos trabalhadores no PPE, informou o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

A Volkswagen afirmou por meio de nota curta apenas que vai solicitar ao governo federal a adesão da fábrica do ABC ao PPE.

Segundo o sindicato, a negociação realizada com a montadora incluiu ainda dois itens que não são assegurados pelo PPE. Um deles é a não incidência de redução salarial nas férias e décimo terceiro salário. O outro é a garantia de complementação, por parte da empresa, quando a compensação máxima paga pelo governo – que é de 900,24 reais - não atingir a redução salarial do trabalhador.

"Desta forma estamos assegurando que, de fato, nenhum trabalhador terá uma redução salarial maior do que 10 por cento", disse Wagner Santana, secretário geral do sindicato.

A entidade afirmou ainda que 850 trabalhadores de 2.600 que estavam com contratos de trabalho suspensos (layoff) retornarão à fábrica em 1o de novembro. O restante cumprirá o tempo previsto, retornando à fábrica no início de janeiro.

O acordo foi alcançado apesar de os trabalhadores terem assinado anteriormente acordo coletivo com a montadora que previa estabilidade de emprego na unidade até 2019, mas a manutenção valeria apenas sob nível mínimo de produção de 250 mil veículos por ano.

"A produção vem caindo e devemos terminar o ano abaixo dos níveis que estavam previstos no acordo", disse Santana.

A fábrica da Volkswagen em São Bernardo produz os modelos Gol, Saveiro e Jetta. De janeiro a agosto, as vendas de carros da Volkswagen no Brasil, que também tem fábrica no Paraná e em Taubaté (SP), acumulam queda de 34 por cento.

Já as vendas de comerciais leves somam baixa de 21 por cento, segundo dados da associação de montadoras Anfavea.

Pessimismo do empresariado da indústria bate recorde em setembro, diz CNI

21/09/2015 - Fonte: CIMM

Depois de um breve momento de estabilidade em agosto, o pessimismo dos empresários industrial voltou a bater recorde em setembro, de acordo com pesquisa divulgada nesta sexta-feira (18), pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Em uma escala na qual valores abaixo de 50 pontos representam deterioração na avaliação sobre a economia e as expectativas para o futuro, o Índice de Confiança do setor (Icei) caiu para 35,7 pontos, o mais baixo desde quando o indicador foi criado, em 1999.

O momento de maior pessimismo na indústria nos últimos 16 anos é 10,9 pontos pior do que o verificado há apenas um ano, em setembro de 2014. Além disso, com o resultado, a pesquisa completa um ano e meio abaixo da linha divisória dos 50 pontos.

Para se ter uma ideia do quanto os empresários da indústria perderam a confiança, o indicador deste mês está 19,8 pontos abaixo da média história do Icei. Ou seja, normalmente a pesquisa sempre refletiu mais otimismo - média de 55,5 pontos - do que pessimismo por parte do setor.

Considerando apenas a avaliação sobre as condições atuais economia brasileira, o indicador de setembro é muito pior. Na mesma escala em que valores abaixo dos 50 pontos significam pessimismo, a avaliação dos empresários sobre a atividade no País caiu para apenas 18,5 pontos, ante 31,5 pontos em setembro de 2014, mostrando uma rápida deterioração desde o período eleitoral do ano passado. Já a avaliação dos executivos da indústria com relação a suas próprias empresas mostra um pessimismo de 32,2 pontos, ante 42,6 pontos no mesmo mês do ano passado.

Olhando o Icei pelo lado das expectativas para os próximos seis meses, a avaliação dos empresários sobre a economia brasileira caiu para 29,7 pontos. Em agosto estava 31,3 pontos e, um ano atrás, em 42 pontos.

Da mesma, as expectativas para os negócios de cada companhia também pioraram neste mês, passando para 45,2 pontos, ante 46,6 pontos em agosto. Em setembro de 2014, ainda havia um otimismo de 54,6 pontos nesse quesito.

Ações da Volkswagen despencam mais de 20% com escândalo sobre emissões nos EUA

21/09/2015 - Fonte: Reuters

As ações da Volkswagen despencavam mais de 20 por cento nesta segunda-feira, sua maior queda histórica diária, conforme a montadora alemã era envolvida em turbulências por conta de acusações de autoridades norte-americanas de que teria falsificado informações sobre emissões de poluentes.

A Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos disse na sexta-feira que a maior montadora europeia usou software para carros a diesel da VW e da marca Audi que enganou reguladores na medida de emissões tóxicas, podendo enfrentar até 18 bilhões de dólares em penalidades.

O escândalo emergiu quando a montadora esperava seguir em frente depois de uma batalha entre suas lideranças. Uma reunião do Conselho supervisor na sexta-feira deve discutir uma nova estrutura para a empresa e um alinhamento da administração.

Alguns analistas disseram que o presidente-executivo, Martin Winterkorn, deveria deixar o cargo. O executivo disse no domingo "lamentar profundamente" a quebra de regras norte-americanas e ordenou uma investigação externa.

"O desastre está além de todas as expectativas", disse Ferdinand Dudenhoeffer, diretor do Centro de Pesquisa Automotiva da Universidade de Duisburg-Essen.

Winterkorn, que recentemente enfrentou um desafio à sua autoridade com a saída do presidente do Conselho de Administração Ferdinand Piech, dirigiu a marca VW entre 2007 e 2015, incluindo o período de seis anos quando se descobriu que alguns de seus modelos violaram regras norte-americanas de limpeza do ar. Um porta-voz da VW não estava imediatamente disponível para comentar.

Atividade econômica inicia semestre com queda de 0,02%

21/09/2015 - Fonte: Época Negócios



O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) dessazonalizado (ajustado para o período) apresentou queda 0,02%, em julho, na comparação com junho. O indicador foi divulgado hoje (21).

Esse é o segundo mês seguido de queda. Em junho comparado a maio, houve queda de 0,73%, de acordo com os dados revisados. Nos sete meses do ano, apenas em fevereiro e em maio houve crescimento: 0,75% e 0,06%, respectivamente, na comparação com os meses anteriores.

Em relação a julho de 2014, houve de queda de 4,25%, de acordo os dados sem ajustes para o período, já que a comparação é feita entre meses iguais. Nos sete meses do ano, contra igual período de 2014, houve queda de 2,74%. Em 12 meses encerrados em julho, a retração chegou a 1,93% (dados sem ajuste).

O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica brasileira a cada mês. O indicador oficial sobre o desempenho da economia é o Produto Interno Bruto (PIB), elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgado trimestralmente. Na avaliação do mercado financeiro, o PIB deve ter queda de 2,7%, este ano.

Economistas pioram cenário de inflação e dólar e elevam projeção da Selic em 2016

21/09/2015 - Fonte: Época Negócios

A projeção de instituições financeiras para a retração da economia este ano passou piorou pela décima vez seguida.

Desta vez, a estimativa para a queda do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no país, passou de 2,55% para 2,70%. Para 2016, a expectativa de retração também foi alterada: de 0,60% para 0,80%, no sétimo ajuste consecutivo.

Essas estimativas são do boletim Focus, publicação semanal elaborada pelo Banco Central (BC), com base em projeções de instituições financeiras para os principais indicadores da economia.

Na avaliação do mercado financeiro, a produção industrial deve apresentar retração de 6,45%, este ano. Na semana passada, a projeção de queda era 6,20%. Em 2016, o setor deve se recuperar, mas a projeção de crescimento está cada vez menor: passou de 0,50% para 0,20%, no quarto ajuste seguido.

O encolhimento da economia vem acompanhado de inflação acima da meta, este ano. A meta é 4,5%, com limite superior de 6,5%. A estimativa das instituições financeiras para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), este ano, foi ajustada de 9,28% para 9,34%.

Para o próximo ano, a expectativa é que a inflação fique abaixo do limite superior, mas ainda distante do centro da meta, em 5,70%, contra 5,64% previstos na semana passada. Esse foi o sétimo aumento seguido na projeção para inflação em 2016.

Para tentar trazer a inflação para a meta, o BC elevou a taxa básica de juros, a Selic, por sete vezes seguidas. Depois desse ciclo de alta, na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), no início do mês, a Selic foi mantida em 14,25% ao ano.

Para as instituições financeiras, a Selic deve permanecer em 14,25% ao ano até o fim de 2015 e ser reduzida em 2016. A projeção mediana (desconsidera os extremos da estimativa) para o fim de 2016 passou de 12% para 12,25% ao ano.

A taxa é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve como referência para as demais taxas de juros da economia. Ao reajustá-la para cima, o BC contém o excesso de demanda que pressiona os preços, porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Quando reduz os juros básicos, o Copom barateia o crédito e incentiva a produção e o consumo, mas alivia o controle sobre a inflação.

Ao manter a Selic, o BC indica que ajustes anteriores foram suficiente para produzir os efeitos esperados na economia. O BC costuma dizer que os efeitos de elevação da Selic se acumulam e levam tempo para aparecer.

A pesquisa do BC também traz a projeção para a inflação medida pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), que foi alterada de 7,77% para 8,25%, este ano.

Para o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), a estimativa passou de 7,77% para 7,86%, em 2015.

A estimativa para o Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC-Fipe) foi alterada de 9,30% para 9,46%, este ano.

A projeção para a cotação do dólar, ao final este ano foi ajustada de R\$ 3,70 para R\$ 3,86. Para o fim de 2016, a projeção chegou a R\$ 4, ante a estimativa anterior de R\$ 3,80.

Japão aciona OMC contra política de incentivos fiscais do Brasil

21/09/2015 - Fonte: Época Negócios



Insatisfeito com a resposta do Brasil, o governo do Japão abre uma disputa na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra Brasília, alegando que a política de incentivos fiscais aos setores de telecomunicações, automóveis e tecnologia é ilegal e afeta empresas estrangeiras de forma "injusta".

O principal foco da queixa é o Inovar Auto, mecanismo que garantiu uma redução de impostos para o setor automotivo com fábricas instaladas no país. Outros quatro problemas também foram atacados.

Em julho, Tóquio já havia apresentado a queixa. Mas, pelas regras, teria de dar uma chance para uma negociação diplomática. No início da semana, o encontro entre os dois governos ocorreu. Mas sem uma solução. Nesta sexta-feira (18/09), o Japão formalizou o pedido para uma intervenção dos juízes da OMC. O caso será avaliado pela OMC no dia 28, mas o processo deve se prolongar até 2016.

Tóquio questiona a forma pela qual Brasília isenta setores de impostos, sempre que garantam produção em território brasileiro. Para o Japão, as regras discriminam empresas estrangeiras e são "barreiras protecionistas" contra produtos importados.

Na avaliação da diplomacia japonesa, o Brasil comete três ilegalidades: a existência de um regime de impostos mais pesado para bens importados que para bens nacionais, incentivos fiscais quem produz no Brasil e subsídios para empresas que exportam.

Um dos ataques é dirigido contra o Inovar Auto, considerado como ilegal pelo Japão ao reduzir o IPI para certos modelos produzidos com um determinado número de peças nacionais. Se condenado, o Brasil terá de modificar o programa e os incentivos dados a montadoras.

O ataque também visa os incentivos fiscais a exportadores que se beneficiam do Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras, ou "RECAP". O programa reduz o custo de produção a quem vai exportar. Para os japoneses, isso seria uma forma de subsídio.

O argumento é também de que o setor de informática e tecnologia é outro alvo de protecionismo no Brasil. Tóquio questiona a Lei de Informática, o Programa de Inclusão Digital, o Programa de Incentivos ao Setor de Semicondutores, e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para TV Digital. Para o governo asiático, todos esses programas criam reservas de mercado e dificultam as importações.

No passado, Tóquio já havia atacado as exigências do edital de licitação da faixa de frequência de 2,5 GHz - destinada ao serviço de quarta geração da telefonia móvel (4G). A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) estipulou uma exigência de conteúdo nacional mínimo de 60% para quem quisesse participar de licitações, incluindo

equipamentos e sistemas. Para o governo de Tóquio, algumas das medidas brasileiras já existem há algum tempo. "Mas foram fortalecidas nos últimos anos", indicou.

Um ataque similar já havia sido apresentada pela UE contra o Brasil e o sistema de solução de controvérsias da OMC foi acionado. Bruxelas argumentou que, ao dar isenção de IPI a diversos setores sob certas condições, o Brasil estava violando as regras internacionais do comércio.

Em setembro de 2011, o governo estabeleceu uma isenção de IPI para carros de montadoras que se comprometam a investir no país e comprem peças locais. Em 2012, o plano foi renovado por mais cinco anos, o que deixou os países ricos irritados. Incentivos fiscais também foram dados a computadores, smartphones e semicondutores.

O governo brasileiro sempre alegou que as medidas beneficiavam montadoras europeias e japonesas, justamente contra a concorrência chinesa. Mas, segundo a União Europeia, as medidas adotadas por Dilma têm afetado as exportações do bloco.

Em 2011, 857 mil carros foram exportados ao mercado brasileiro. Em 2013, esse número caiu para 581 mil até outubro. Consultas entre as duas diplomacias ocorreram em Genebra em fevereiro.

Metalúrgicos de São José dos Campos protestam contra demissões em frente à Fiesp

21/09/2015 - Fonte: EM.com

Operários ligados ao Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos realizaram protesto contra demissões na tarde desta sexta-feira, 18, em frente à sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), na Avenida Paulista. Segundo o sindicato, cerca de 600 trabalhadores participaram do ato.

A categoria também protesta por aumento real de salário. De acordo com o sindicato, os metalúrgicos estão em campanha salarial, mas até agora as empresas têm sinalizado que não pretendem reajustar os salários "nem mesmo" pela inflação.

A manifestação em frente à Fiesp faz parte da Marcha Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras, que acontece nesta sexta-feira em São Paulo, Manaus (AM), Belém (PA), São Luiz (MA), Fortaleza (CE), Natal (RN) Recife (PE) e Maceió (AL).

Na capital paulista, o ato se concentra em frente do Museu de Arte de São Paulo (Masp). Organizado pela CSP-Conlutas, central sindical de oposição ao governo Dilma Rousseff, o protesto é contra o Planalto, partidos da oposição, como PSDB, e contra o PMDB.

Serviços seguem acompanhando desaceleração na indústria e comércio, avalia IBGE

21/09/2015 - Fonte: EM.com

O setor de serviços segue acompanhando a desaceleração de outras atividades econômicas, principalmente indústria e comércio, que pioram desde o início do ano, afirmou nesta sexta-feira, 18, Roberto Saldanha, técnico da Coordenação de Serviços e Comércio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em julho, a receita nominal dos serviços avançou 2,1% em relação a julho do ano passado, sem descontar os efeitos da inflação. Foi o pior desempenho para o mês na série, iniciada em 2012.

"Os serviços estão acompanhando o processo de desaquecimento que temos observado em outros setores, principalmente indústria e comércio", disse Saldanha. Além disso, o ajuste fiscal dos governos também tem afetado a demanda por serviços, notou o técnico.

"A indústria é o principal demandante (de serviços), seguida do próprio governo. Na medida em que a indústria está passando por fase de desaquecimento e o governo por contenção de gastos, isso se reflete em menos contratações de serviços. São serviços de transportes, de consultoria, serviços que normalmente são terceirizados. Todos eles sofrem uma retração em função dessa demanda desaquecida", explicou Saldanha.

A retração no poder de compra das famílias também afeta a receita dos serviços, listou o técnico. Em julho, o rendimento médio dos trabalhadores caiu 2,57% em relação a igual mês do ano passado, enquanto a massa de rendimentos habitual encolheu 3,48% no período, de acordo com dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), que investiga o mercado de trabalho nas seis principais regiões metropolitanas do País.

Sandvik Coromant manterá forte presença no Brasil

21/09/2015 - Fonte: Usinagem Brasil

A notícia sobre o fechamento da fábrica de pastilhas do Grupo Sandvik no Brasil, publicada pelo Usinagem-Brasil em primeira mão, surpreendeu o mercado. De longe, foi a notícia mais lida no site em 2015. Também gerou muitos comentários no mercado, com vários profissionais do setor manifestando pesar pela perda de uma fábrica tão tradicional no Brasil, mas também gerou alguns boatos.

Entre esses boatos, o de que a empresa iria deixar de atuar no mercado brasileiro. "A Sandvik Coromant não tem planos de sair do Brasil", afirma Cláudio Camacho, presidente da Sandvik Coromant para as Américas do Sul e Central.

Nesta entrevista, o executivo explica as razões do fechamento da unidade fabril, desfaz os boatos e reforça o posicionamento da marca no mercado brasileiro, com foco nas áreas comercial e de serviços. Frisa ainda que será mantida a estratégia no que tange a treinamento e inovação de processos.

Usinagem-Brasil - Após o anúncio do fechamento da fábrica de insertos intercambiáveis surgiram boatos de que a Sandvik Coromant deixaria de atuar no mercado brasileiro. Qual a verdade nessa história?

Cláudio Camacho - Estes boatos são absolutamente falsos. A Sandvik Machining Solutions (SMS), que é uma das áreas de negócios do grupo Sandvik, decidiu concentrar a produção em uma quantidade menor de unidades produtivas, visando adequar o volume à realidade do mercado mundial. Hoje, como em vários outros segmentos, existe excesso de produção comparado à demanda existente.

Com essa decisão, os produtos que eram manufaturados no Brasil, passarão a ser produzidos em outras unidades do grupo espalhadas pelo mundo. A Sandvik Coromant tem suas atividades globais independentes da localização das plantas produtivas.

Esta prática não é diferente no Brasil, onde já comercializávamos vários itens no Brasil que não eram produzidos aqui.

Sendo mais específico e direto, a Sandvik Coromant não tem planos de sair do Brasil. Estamos aqui há mais de 60 anos e aqui continuaremos, buscando sempre manter a liderança de mercado, que conquistamos há vários anos.

UB - Surgiram também boatos de que o Grupo Sandvik estaria com dificuldades financeiras.

Camacho - Também não é verdade. A Sandvik é uma empresa global e, como tal, tem seu balanço publicado nas bolsas ao redor do mundo. Basta uma rápida análise nos números para concluir que se trata de uma empresa financeiramente saudável. Não existe base sólida para este tipo de especulação.

UB - Os boatos atingiram também outras unidades e divisões do mesmo grupo no Brasil. Tem quem qualifique esses comentários como oportunismo da concorrência. Você concorda?

Camacho - Acho que nossos concorrentes não usariam deste artifício para tentar nos atingir. Prefiro acreditar que a comunicação que enviamos aos nossos clientes foi interpretada de uma forma diferente daquela que nós gostaríamos...

Para que não haja mais dúvidas, as únicas unidades afetadas foram apenas as de produção de pastilhas e ferramentas especiais localizadas na Avenida das Nações Unidas, 21732, em São Paulo.

UB - Qual será o posicionamento da Sandvik Coromant no mercado brasileiro a partir de agora?

Camacho - Nosso posicionamento continua a ser o mesmo. Buscamos dar aos nossos clientes o melhor atendimento do mercado nacional. O fato de a produção não estar aqui, não significa em absoluto que mudaremos nossa qualidade de serviços ou produtos.

Aliás, nossos planos para 2016 são audaciosos, apesar de sabermos que teremos pela frente um outro ano de grandes desafios. Lançaremos muitos produtos que certamente trarão maior competitividade para nossos clientes, fato este que será fundamental para enfrentarmos a difícil situação que atravessamos atualmente.

Temos um dos sistemas logísticos mais eficientes do setor metal mecânico, fato este comprovado pelo próprio órgão governamental responsável por importações, o que nos permite garantir aos nossos clientes que nada afetará nossa logística atual.

UB - O que muda na estrutura da filial brasileira após o fechamento da fábrica?

Camacho - Infelizmente, para a Sandvik do Brasil como grupo, teremos uma redução no número de colaboradores, o que nos deixa extremamente tristes, já que a grande maioria destes colaboradores está na empresa há muitos anos.

Estamos fazendo esta transição de uma forma ética e transparente (como sempre fizemos), com objetivo de tornar este acontecimento o menos traumático possível para todos. Na Sandvik Coromant não haverá alteração na estrutura organizacional devido a este fato.

UB - Existe alguma possibilidade de o grupo reverter a decisão do fechamento da fábrica?

Camacho - Não, não existe! Esta foi uma decisão estratégica, que só foi tomada depois de muita análise e discussão interna.

UB - Qual a repercussão do fechamento da fábrica entre os clientes da Sandvik no Brasil?

Camacho - A reação da maioria de nossos clientes foi de constrangimento e tristeza. Estamos no Brasil desde o início da década de 1950 - chegamos praticamente juntos com a indústria automobilística.

Muitos de nossos clientes, amigos e até concorrentes já estiveram em nossa unidade para treinamentos ou simplesmente para nos visitar, já que éramos o único fornecedor produzindo pastilhas na América Latina com a mais avançada tecnologia. Recebemos

muitas mensagens emocionadas relatando fatos profissionais e até pessoais com nossa fábrica.

Por sinal, este é outro ponto que gerou dúvidas no mercado: o fato de estarmos fechando a nossa produção, não significa que mudaremos nossa estratégia no que tange a treinamento e inovação de processos.

Somos certamente uma das empresas que mais investem em treinamento e transferência de conhecimento aos clientes. Temos um centro de capacitação extremamente moderno e preparado para seguir nesta direção. Nossos objetivos nesta área são mais audaciosos que antes.

Com relação à comercialização e garantias de continuidade, nossos clientes, de uma forma geral, entenderam que se trata de uma decisão estratégica e se mostraram tranquilos.

Caixa abre linha para estimular indústria de máquinas

21/09/2015 - Fonte: Usinagem Brasil



A Caixa Econômica Federal anunciou na semana passada a abertura de novas linhas de crédito específicas para a cadeia produtiva da indústria de máquinas e equipamentos. O banco assinou convênio com a Abimaq (semelhante ao realizado com representantes do setor automotivo em agosto) com o objetivo de oferecer condições especiais no crédito destinado a capital de giro e investimentos.

Para honrar os compromissos do último trimestre do ano, como o pagamento do 13º salário dos funcionários e reposição de estoque, micro, pequenas e médias empresas com limite de faturamento anual de R\$ 90 milhões terão acesso a taxas de juros partindo de 0,83% ao mês mais Taxa Referencial (TR) para linhas de curto prazo (13 meses).

O período de quitação dos empréstimos pode chegar a cinco anos, incluindo carência de seis meses para a primeira parcela.

A Caixa ainda financiará a compra de máquinas e equipamentos novos e usados - novos com recursos do BNDES e usados com recursos próprios. Neste último caso, as taxas de juros mensais partem de 1,50% e os prazos podem chegar a cinco anos, com carência de até seis meses.

"Acreditamos na força da indústria de máquinas e equipamentos, indispensável ao desenvolvimento da economia, à geração de inovação e de produtos com conteúdo nacional", afirmou a presidente da Caixa, Miriam Belchior, destacando que o convênio alinha a Caixa às diretrizes do Governo Federal de aumento dos índices de nacionalização na economia brasileira.

Indústria forte é parte da solução para o País voltar a crescer

21/09/2015 - Fonte: Usinagem Brasil

"O Brasil precisa ter uma indústria forte. Existem dados robustos que ligam a participação da indústria com a taxa de crescimento do PIB", disse o secretário do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Carlos Gadelha, durante palestra na sessão especial do Fórum Nacional, no Rio de Janeiro, na semana passada. Para ele, "o fortalecimento da indústria é parte da solução para a economia do país voltar a crescer".

De acordo com Gadelha, a indústria puxa serviços de alto valor agregado, o que é "determinante e importante" para a taxa de crescimento das exportações, para o pagamento de melhores salários, além de atenuar a vulnerabilidade externa frente a produtos homogêneos como as commodities. O secretário defendeu também o ajuste fiscal como essencial na retomada do crescimento.

Para ele, o padrão de desenvolvimento, baseado no fator investimento e inovação é o caminho para se atingir os objetivos de crescimento sustentado do país. Quanto ao câmbio, disse, após a palestra, que a taxa está chegando ao equilíbrio que reflete as condições da economia e os preços relativos internacionais.

Estados Unidos - O secretário falou ainda sobre os acordos comerciais com os Estados Unidos. "Que isto venha casado com uma política industrial envolvendo também, da parte dos EUA, crescentes processos de transferência de tecnologia e de contribuição para nosso adensamento produtivo".

Para Gadelha, a abertura comercial precisar ser pactuada como nos acordos comerciais. "Para que a gente tenha o tempo necessário de aprendizado e o ganho mútuo, tanto para os Estados Unidos como para o Brasil".

Sobre a União Europeia, ele disse que está sendo feito um grande esforço e "vamos oferecer a nossa oferta até o fim do ano junto com o Mercosul". O secretário defendeu que os acordos tenham também uma visão aberta, por exemplo, com o setor agrícola. "Nas relações internacionais têm de ser um jogo de ganha-ganha", afirmou.